

# Greve dos enfermeiros continua a afectar os hospitais da região ,

No quarto dia de greve, os enfermeiros açorianos continuam a dar o seu aval às formas de luta decretadas pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, continuando a aderir às greves decretadas por estes dias.

No turno da noite de anteontem a adesão à greve foi, em média, de 74% nos três hospitais da Região e no turno da manhã de ontem foi de 60%, tendo o Hospital da Horta registado a percentagem mais elevada (67%).

Recorde-se que hoje irá decorrer uma concentração, pelas 17h30m, em frente ao edifício da Assembleia Legislativa, na cidade da Horta, e amanhã, pelas 14h30m, em Ponta Delgada, em frente à porta principal do Hospital do Divino Espírito Santo.

Já a nível nacional a adesão no quarto dia de greve dos enfermeiros situou-se nos 71,1%, o que levou ao cancelamento de cirurgias programadas e consultas em hospitais de todo o país.

Os dados continuam a dar “uma expressiva adesão à greve” e traduzem “a

enorme insatisfação dos enfermeiros”, disse José Carlos Martins, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros, adiantando que os enfermeiros esperam que a nova Ministra da Saúde, Marta Teodoro, apresente “uma contraproposta que concretize o compromisso do Governo de dignificar e valorizar a carreira de enfermagem”.

“O Orçamento do Estado entregue pelo Governo na Assembleia da República”, que acresce em mais de 500 milhões de euros o orçamento do Ministério da Saúde, “não introduz qualquer elemento de perturbação na negociação da carreira de enfermagem”.

Nesse sentido, sublinhou, “há quadro para continuarmos a negociar e encontrar soluções justas, sensatas e possíveis”.

Sobre os efeitos da greve, que ontem foi dirigida a todos os serviços dos hospitais, à excepção dos blocos operatórios, José Carlos Martins disse que fizeram-se sentir nas cirurgias programadas e nas consultas externas.



*Enfermeiros manifestam-se hoje na Horta e amanhã em Ponta Delgada*

## Assembleia Geral das Regiões Periféricas Jantar de gala custará 25 mil euros



Vinte e cinco mil euros é quanto vai custar ao Governo Regional da Madeira o jantar de gala da 46.ª Assembleia Geral das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, que decorre hoje, no restaurante Forte de São Tiago, no Funchal, notícia o “Diário de Notícias” madeirense.

A 46.ª Assembleia Geral das Regiões Periféricas Marítimas da Europa tem lugar no Centro de Congressos da Madeira, entre os dias 17 e 19 de Outubro, reunindo os representantes de cerca de 160 regiões de 25 Estados da União Europeia e de alguns países limítrofes.

Entre eles, estará o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o Comissário Europeu de Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas, e ainda vários directores e representantes da Comissão Europeia e deputados ao Parlamento Europeu.

Esta assembleia será presidida pelo

Chefe do Governo dos Açores, Vasco Cordeiro.

Segundo nota da organização, “os representantes das regiões europeias vão analisar matérias como o futuro da Europa, o próximo Orçamento Comunitário e a Política de Coesão, culminando com a definição de uma posição política da CRPM, que será apresentada às instituições comunitárias no quadro das negociações em curso sobre os próximos fundos comunitários e de preparação das próximas eleições para o Parlamento Europeu, que se realizam no próximo ano”.

As acessibilidades e transportes, a Política Marítima Integrada, as migrações e as alterações climáticas, serão outros temas em debate.

A CRPM tem por missão a promoção da coesão económica, social e territorial e do poder regional na Europa, bem como do reforço da dimensão periférica e marítima da Europa.

## Extensivo às Regiões Autónomas Receitas do imposto sobre tabaco revertem para o Serviço de Saúde

Na proposta do Orçamento de Estado para 2019 o Governo da República aplica às Regiões Autónomas o princípio sugerido este ano pelo presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, que publicamente recomendou que as receitas com o imposto sobre o tabaco fossem canalizadas para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), significando quase um quinto do total do financiamento actual, notícia o Jornal Económico.

A proposta introduz um novo artigo ao Código dos Impostos Especiais de Consumo, intitulado: “Consignação da receita ao sector da saúde”, nos termos do qual “conjuntamente, nos artigos 10.º e 12.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de Setembro, a receita fiscal prevista no presente artigo reverte integralmente para o Orçamento do Estado, sem prejuízo da afectação às regiões autónomas das receitas fiscais nelas cobradas ou geradas”.

Isto porque a proposta de OE2019 prevê uma alteração ao actual artigo do Código dos Impostos Especiais de Consumo no que se refere ao Artigo 105.º (Taxas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira)

A lei diz que aos “cigarros fabricados nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira por pequenos produtores cuja produção anual não exceda, individualmente, 500 t e que sejam

consumidos na Região Autónoma dos Açores são aplicáveis as seguintes taxas: Elemento específico – (euro) 34; Elemento ad valorem – 40%”, e diz ainda que os cigarros ficam sujeitos, no mínimo, a 73% do montante do imposto que resulta da aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 103.º (os cigarros estão sujeitos a um montante mínimo de imposto sobre o tabaco”.

Esta receita fiscal com os cigarros fabricados nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira por pequenos produtores cuja produção anual não exceda, individualmente, 500 t e que sejam consumidos na Região Autónoma dos Açores vai passar a ser consignada ao Serviço Nacional de Saúde.

### Bebidas açucaradas também

Também a receita obtida com o imposto sobre as bebidas não alcoólicas (açucaradas) vai ser consignada à sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores “conforme a circunscrição onde sejam introduzidas no consumo”.

“Para efeitos do n.º 1, a afectação às regiões autónomas das receitas fiscais nelas cobradas ou geradas efectua-se através do regime de capitação, aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, ouvidos os Governos Regionais”, diz a proposta de OE.